

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

**SUMÁRIO**

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MANIFESTAÇÃO**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**

 **ATAS****ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/8/2021**

Às 14h39min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.758/2021, em turno único (deputado André Quintão), Projetos de Lei nºs 523/2019, em turno único, e 2.315/2020, em turno único (deputado Betão), Projetos de Lei nºs 1.811/2015, em turno único, e 1.574/2020, em turno único (deputado Celinho Sintrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.811/2015 e 1.574/2020 (relator: deputado Celinho Sintrocel), e 2.758/2021 (relator: deputado André Quintão), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.737, 8.738, 8.839, 8.935/2021. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.580, 2.254, 2.302/2020, 2.446, 2.495, 2.528, 2.580, 2.668, 2.708, 2.735 e 2.736/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.610/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para que os recursos extras devidos ao município, em razão do acordo do Estado com a Vale, sejam utilizados para a construção de habitação popular, equacionando o déficit habitacional do município;

nº 9.611/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações detalhadas sobre a destinação do terreno de sua propriedade, no Município de Sabará, e dos termos do acordo judicial que envolve essa destinação;

nº 9.612/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer sejam encaminhadas ao prefeito de Sabará as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o desenvolvimento conjunto, pelo Estado e pelo município, de ações de política habitacional que visem o apoio e a assistência de famílias de baixa renda no município, para conhecimento;

nº 9.613/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Sabará pedido de informações detalhadas sobre a destinação do terreno de propriedade da Cohab no município;

nº 9.614/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para dar início à discussão com o movimento pela moradia popular no município, a fim de debater a construção de uma política habitacional consistente com a demanda da sua população de baixa renda, atendendo, inclusive, os compromissos apresentados na campanha eleitoral relativos ao tema;

nº 9.615/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Sabará pedido de informações sobre as ações previstas para evitar a ocorrência de alagamentos e eventos de riscos geológico nessa municipalidade;

nº 9.643/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 14.176, de 2021, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas –, e seus impactos no benefício de prestação continuada – BPC;

nº 9.644/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada reunião de convidados para a entrega de diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Márcio de Paula pelos 25 anos de fundação do jornal O Informante;

nº 9.646/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Márcio de Paula pelos 25 anos de fundação do jornal O Informante;

nº 9.647/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o monitoramento da segurança de barragens, da saúde e da segurança dos trabalhadores e moradores das áreas de influência de empreendimentos de mineração e a necessidade de elaboração permanente de diagnósticos de impactos, de riscos e de medidas de prevenção de acidentes no setor, bem como de criação de um observatório de barragens;

nº 9.650/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as condições de trabalho e a preservação dos direitos trabalhistas e sindicais dos trabalhadores e as denúncias de práticas antissindicais e perseguição a dirigentes sindicais por parte do Supermercado Mart Minas, em Três Corações;

nº 9.657/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a proposta de criação do chamado alistamento civil voluntário e do programa serviço civil, divulgados pelo Ministro do Trabalho e Previdência;

nº 9.658/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a Medida Provisória nº 1.058, de 27 de julho de 2021, que propõe a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência;

nº 9.671/2021, do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater os desdobramentos das investigações do assassinato do sindicalista Hamilton de Moura, ocorrido em 23 de julho de 2020, homenageá-lo e discutir o seu legado para o movimento sindical;

nº 9.726/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. pedido de informações sobre a quantidade de funcionários demitidos e contratados desde o início da pandemia do novo coronavírus, discriminando esses dados mensalmente;

nº 9.727/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS – pedido de informações sobre os protocolos sanitários adotados e as orientações disponibilizadas aos trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa, bem como sobre o valor investido na compra de EPIs, em razão da pandemia do novo coronavírus, discriminando esses dados mensalmente;

nº 9.765/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS – pedido de informações sobre a quantidade de funcionários demitidos e contratados desde o início da pandemia do novo coronavírus, discriminando esses dados mensalmente;

nº 9.766/2021, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as consequências e o impacto da privatização da MGS para seus funcionários e a população de Minas Gerais;

nº 9.826/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Portaria GM/MS nº 1.884, de 9 de agosto de 2021, do Ministério da Saúde, que institui, para o exercício de 2021, incentivo financeiro federal de custeio para o desenvolvimento de ações à saúde integral dos caminhoneiros e caminhoneiras, no âmbito da atenção primária à saúde, nos municípios em que há pontos de parada e descanso – PPD;

nº 9.890/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Medida Provisória nº 1061, de 2021, que cria os programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil em substituição, respectivamente, ao Bolsa Família e ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA –, entre outras medidas;

nº 9.926/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Empresa SEA Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., em Betim, pedido de providências para que cessar as práticas antissindiais, abrir as negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região e atender as reivindicações dos trabalhadores da empresa, em greve há mais de 16 dias na defesa do pagamento de uma PLR justa;

nº 9.943/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a recomposição salarial dos servidores públicos estaduais;

nº 9.965/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as carreiras dos trabalhadores da Empresa Mineira de Comunicação – EMC –, assim como as condições operacionais da empresa para a execução de seus objetivos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2021.

Celinho Sintrocel, presidente.

#### **ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/9/2021**

Às 9h40min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Sargento Rodrigues e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 20/2019 e o Projeto de Lei nº 1.641/2015 são retirados de pauta por deliberação da Comissão a requerimento do deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a

votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 9.055 a 9.060, 9.073, 9.074, 9.079, 9.099 e 9.130/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n° 10.061/2021, dos deputados Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a padronização do procedimento de atendimento, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, das ocorrências e investigações nos casos de maus-tratos aos animais;

n° 10.073/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Guarda Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para instalação de um ponto de apoio e monitoramento 24 horas, próximo ao Viaduto das Artes, na região do Barreiro, onde existe uma galeria de arte e projetos culturais de inclusão social e tem ocorrido vandalismo, depredação de equipamento público e uso de drogas;

n° 10.085/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja realizada a mudança de endereço da 146ª Companhia da Polícia Militar de Cataguases, com o objetivo de prevenir acidentes e preservar vidas, tendo em vista que o promotor Gustavo Garcia Araújo, da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cataguases, expediu a Recomendação n° 1/2021 ao Ten.-Cel. Jovânio Campos Miranda, comandante do 21º Batalhão, em Ubá;

n° 10.098/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a efetividade da Lei n° 23.869, de 4 de agosto de 2021, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – na aquisição de armas de fogo com calibre de uso permitido, munições, fardamento, colete à provas de balas, equipamentos e apetrechos por integrantes dos órgãos estaduais de segurança pública e dá outras providências;

n° 10.100/2021, do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Delegada Sheila e do deputado Coronel Sandro, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a quebra do acordo firmado entre o governador do Estado e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, sobre a recomposição das perdas inflacionárias dessas categorias, a serem pagas em três parcelas, calculadas, à época, pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e que sejam trazidas informações claras da evolução da receita do Estado, com comparativo pormenorizado do período compreendido entre janeiro a agosto de 2020 e entre janeiro a agosto de 2021.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Coronel Sandro.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,  
EM 14/9/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 4.030/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre quais são as atividades previstas no escopo da Ação 4327 – Programa Convivência Democrática –, do Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino, e se serão mantidas as capacitações para os profissionais de educação nos temas pertinentes à ação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.227/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de homicídios com vítimas mulheres, de tentativas de homicídio com vítimas mulheres, de feminicídios e de tentativas de feminicídio no Estado, por ano, no período de 2018 a 2021, esclarecendo-se a sistemática aplicada para o registro dos feminicídios; sobre eventuais dificuldades no assentamento dessas informações no Estado, bem como sobre a diferença entre os dados coletados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e os coletados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, cujos índices apresentados nos últimos anos foram superiores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.295/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a data de início e do término da obra da construção da rede interceptora de coleta de esgoto da região do Bairro Antenas, passando pelo Bairro Brasília, até o Bairro Jardim Santa Rosa, no Município de Sarzedo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.679/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das ações de segurança alimentar e empregabilidade conduzidas pela secretaria que preside com relação à população do Aglomerado da Serra. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.706/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os questionamentos, aos quais ela não teve oportunidade de responder, apresentados na 6ª Reunião Extraordinária, em 25 de junho de 2021, na audiência pública para debater os

impactos ambientais do projeto do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.742/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de denúncias de cobrança de cheque-caução por parte dos hospitais particulares do Estado, como garantia para prestar atendimento de urgência e emergência, fato vedado por lei, bem como sobre as medidas que essa secretaria tem tomado para fiscalizar o cumprimento do art. 2º da Lei Federal nº 12.653, de 2012, que prevê que o estabelecimento de saúde que realizar atendimento médico-hospitalar emergencial é obrigado a afixar, em local visível, cartaz informando a proibição contida no art. 135-A do Código Penal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.062/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e ao governador do Estado pedido de informações sobre as seguintes questões, relativas ao concurso público regido pelo Edital CBMMG nº 10/21, que prevê a oferta de 21 vagas para provimento de cargo público efetivo na graduação de cadete, para acesso ao Quadro de Oficiais: tendo em vista os princípios da eficiência e razoabilidade, qual a motivação que levou a administração pública a abrir novo concurso público em vez de convocar os 11 excedentes do certame anterior ainda vigente (Edital CBMMG nº 1/20), para o preenchimento dos mesmos cargos; por que não convocar os 11 excedentes e promover novo certame apenas para as vagas remanescentes; quais são os impactos para a população mineira da demora na realização de novo concurso público, uma vez que já existem excedentes que poderiam ser imediatamente convocados; qual o custo e a receita, por etapa, que a administração pública terá com a realização do referido concurso, levando-se em consideração os exames físicos dos candidatos, a preparação para o curso de formação, a avaliação da vida pregressa, entre outros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## 2ª Fase

### (das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 25/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.780, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2022. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 26/2021 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.823, que altera a Lei nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências, e a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

## 3ª Fase

Pareceres de redação final.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com finalidade de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 4.065/2017, do deputado Gil



Pereira, e 4.936/2018, do deputado Leandro Genaro; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021, dos Projetos de Lei Complementar nºs 64 e 65/2021 e do Projeto de Lei nº 2.924/2021, do governador do Estado, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021, do deputado Mauro Tramonte e outros, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2021 e do Projeto de Lei nº 3.052/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, do Projeto de Lei Complementar nº 70/2021 e do Projeto de Lei nº 2.765/2021, do deputado Cristiano Silveira, dos Projetos de Lei nºs 690/2015, da deputada Marília Campos, 956/2015, do deputado Gustavo Valadares, 2.767/2021, do deputado Hely Tarquínio, 4.091/2017, do deputado Gustavo Santana, 627/2019, do deputado Carlos Pimenta, 1.776, 2.032/2020, 2.468 e 2.979/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, 1.992/2020 e 2.397/2021, do deputado Doutor Jean Freire, 2.226/2020 e 2.571/2021, do deputado Osvaldo Lopes, 2.823/2021, do deputado Raul Belém, 2.965/2021, do deputado Roberto Andrade, 2.974/2021, do deputado Virgílio Guimarães, 3.027/2021, do deputado Coronel Henrique, e 3.044/2021, do deputado Braulio Braz; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.810/2017, do deputado Rogério Correia, 1.037/2019 e 2.213/2020, do deputado João Leite, 1.091/2019, do deputado Doutor Paulo, 1.201/2019, do deputado Mário Henrique Caixa, 1.277/2019, do deputado Thiago Cota, 2.155/2020, do deputado Tito Torres, 2.486/2021, do deputado Virgílio Guimarães, 2.804/2021, do deputado Doutor Wilson Batista, 2.859/2021, do deputado Sargento Rodrigues, 2.874 e 2.875/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, 2.926/2021, do deputado Léo Portela, 2.946/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., 2.947/2021, do deputado Raul Belém, 2.948 e 2.985/2021, do deputado Noraldino Júnior, 2.981/2021, do deputado Leonídio Bouças, 2.995/2021, da deputada Rosângela Reis, e 3.045/2021, do deputado Bernardo Mucida; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de setembro 2021.

Sávio Souza Cruz, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 20/2019, do deputado Coronel Henrique, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 9.136 e 9.137/2021, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 32/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 2.383/2020, da deputada Beatriz Cerqueira; e 2.764/2021, do deputado Charles Santos; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.954/2021, do deputado Coronel Henrique; 8.957/2021, do deputado Tadeu Martins Leite; 8.964/2021, da deputada Ana Paula Siqueira; 8.977/2021, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e 9.091/2021, da Comissão de Administração Pública; de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater alternativas na área de educação em Minas Gerais, especificamente os formatos *charter schools* e *vouchers*.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2021, às 14h40min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 2.744/2021, do deputado Carlos Pimenta, de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 470/2019, do deputado Bosco, 535/2019, da deputada Ione Pinheiro, 2.531/2021, do deputado Cássio Soares, de votar, em turno único, o Requerimento nº 9.138/2021, do deputado Tadeu Martins Leite, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2021, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.106/2021, do deputado Coronel Henrique, e 8.452/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os problemas da cadeia produtiva dos queijos artesanais no Estado, em especial os relativos à regulamentação de tipos de queijo, à habilitação sanitária das queijarias e à comercialização interestadual.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.062/2021

#### Mesa da Assembleia

#### Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Bartô requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e ao governador do Estado pedido de informações sobre as seguintes questões em relação ao concurso público regido pelo edital CBMMG nº 10/21, que prevê a oferta de 21 vagas para provimento de cargo público efetivo na graduação de cadete, para acesso ao Quadro de Oficiais: 1) tendo em vista os princípios da eficiência e razoabilidade, qual a motivação que levou a administração pública a abrir novo concurso público em vez de convocar os 11 excedentes do certame anterior ainda vigente (edital CBMMG nº 1/20), para o preenchimento dos mesmos cargos; 2) por que não convocar os 11 excedentes e promover novo certame apenas para as vagas remanescentes; 3) quais são os impactos para a população mineira decorrentes da demora na realização de novo concurso público, uma vez que já existem excedentes que poderiam ser imediatamente convocados; 4) qual o custo e a receita, por etapa, que a administração pública terá com a realização do referido



concurso, levando-se em consideração os exames físicos dos candidatos, preparação para o curso de formação, avaliação da vida pregressa, entre outros.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 26/8/2021 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O requerimento em análise solicita o encaminhamento de pedido de informações ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e ao governador do Estado com vistas a obter esclarecimentos acerca do concurso público regido pelo Edital CBMMG nº 10/21<sup>1</sup>, que prevê a oferta de 21 vagas para provimento de cargo público efetivo na graduação de cadete, para acesso ao Quadro de Oficiais, bem como outras informações relativas ao concurso vigente, tais como custos e receita do certame para o ingresso na corporação.

Conforme ressalta o autor em sua justificção, em setembro de 2020, o CBMMG lançou o Edital CBMMG nº 1/20<sup>2</sup> para o provimento, dentre outras, de 30 vagas para o cargo de cadete. Após os trâmites previstos no edital, cuja homologação ocorreu no dia 21/7/2021, restaram aprovados 41 candidatos, sendo 30 nas vagas ofertadas e 11 aprovados excedentes. Durante sua vigência, esse edital foi prorrogado, pelo Ato nº 12.220<sup>3</sup>, de 11/8/2021, por mais 30 dias, contados a partir de 20/8/2021. O autor do requerimento destacou ainda que o governo do Estado, em 4/8/2021, publicou novo certame, o Edital CBMMG nº 10/21, para o provimento, entre outras vagas, de 21 para o mesmo cargo de cadete.

Em 12/10/2020, o ingresso na carreira do CBMMG foi abordado pela imprensa<sup>4</sup>, que ressaltou a defasagem da tropa, estimada em 30%, de acordo com a Lei nº 22.415, de 2015. A existência de cargos vagos torna o trabalho mais pesado para os bombeiros da ativa, que precisam se desdobrar para atender todas as demandas da sociedade. Além disso, o acúmulo de atividades prejudica o vigor físico e sobrecarrega os componentes da tropa, acarretando adoecimento físico e mental e maiores riscos de ocorrência de acidentes de trabalho. Segundo a reportagem, uma das alternativas para mitigar o problema seria a absorção dos candidatos excedentes aprovados em concurso vigente do CBMMG, mas mesmo assim o caminho para a recomposição da tropa ainda seria longo, pois, após a entrada no curso de formação, por exemplo, os cadetes demoram oito meses para serem forjados militares aptos a exercer a função de bombeiro.

Os §§ 2º e 3º do art. 54 da Constituição Estadual autorizam a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a secretário de Estado e a outras autoridades, dispondo que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa configuram, para secretário de Estado, crime de responsabilidade, e para outras autoridades, infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Observamos, entretanto, que não há previsão constitucional para que esse tipo de proposição parlamentar seja encaminhada diretamente ao governador do Estado. Além disso, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – deve ser consultada sobre as informações que se pretende obter, pois, de acordo com suas atribuições institucionais<sup>5</sup>, cabe à Seplag estabelecer diretrizes e normas relativas aos planos de carreiras, contemplando, entre outros aspectos, os requisitos para ingresso, a fixação do quantitativo de cargos efetivos da administração direta, autárquica e fundacional do Estado.

Entendemos, portanto, que as informações solicitadas pelo requerimento em tela são pertinentes e oportunas, já que permitirão a este Parlamento exercer suas atribuições constitucionais de fiscalização e controle do Poder Executivo estadual. Porém, conforme explicitamos anteriormente, levando em conta o entendimento corrente da Mesa de que não cabe encaminhar pedido de informação diretamente ao governador do Estado, bem como visando adequar o texto do requerimento à técnica legislativa e, ainda, incluir a secretária de Estado de Planejamento e Gestão como destinatária, apresentamos substitutivo.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.062/2021 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

### SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Bartô requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre os concursos públicos vigentes do CBMMG, o primeiro regido pelo Edital CBMMG nº 1/20 (com 11 aprovados excedentes para o cargo de cadete) e o segundo pelo Edital CBMMG nº 10/21 (com 21 vagas disponíveis para o cargo de cadete), ambos para acesso ao Quadro de Oficiais da corporação, esclarecendo-se:

1) qual a motivação da Administração, tendo como referência os princípios da eficiência e da razoabilidade, para publicar novo concurso, a fim de preencher cargos iguais, em vez de convocar os 11 aprovados excedentes do certame anterior, ainda vigente;

2) por que não se optou pela convocação dos 11 aprovados excedentes do concurso anterior, ainda vigente, e posterior abertura de novo certame somente para a ocupação das vagas remanescentes;

3) quais os impactos, para a população mineira, da demora na realização de novo concurso público, já que há candidatos aprovados excedentes, em concurso vigente, que poderiam ser imediatamente convocados para a entrada em exercício;

4) qual a previsão de custos e receita para a realização do novo concurso público, por etapa, levando-se em consideração os exames físicos dos candidatos, a preparação deles no curso de formação, sua avaliação da vida progressa, entre outros.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de setembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

<sup>1</sup>Disponível em: <<https://www.bombeiros.mg.gov.br/storage/files/303/cfo04ago-%20Corrigido.pdf>>. Acesso em: 1º set. 2021.

<sup>2</sup>Disponível em: <<https://www.bombeiros.mg.gov.br/storage/files/303/CFO%2021/Edital%20N%C2%BA%2001%20-%20CFO%202021%20-%20SEM%20CORES%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 1º set. 2021.

<sup>3</sup>Disponível em: <<https://www.bombeiros.mg.gov.br/storage/files/303/ato%2012220.pdf>>. Acesso em: 1º set. 2021.

<sup>4</sup>Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/12/interna\\_gerais,1193786/falta-efetivo-aos-bombeiros-e-concursados-lutam-por-nomeacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/12/interna_gerais,1193786/falta-efetivo-aos-bombeiros-e-concursados-lutam-por-nomeacao.shtml)>. Acesso em: 3 set. 2021.

<sup>5</sup>Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/gestao-de-pessoas/carreiras-e-remuneracao/carreiras-e-remuneracao>>. Acesso em: 3 set. 2021.



## MANIFESTAÇÃO

### MANIFESTAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, a seguinte manifestação: de congratulações com a Sra. Sílvia Cristiane Batista, superintendente de Relacionamento com Clientes da Cemig, pelos relevantes serviços prestados (Requerimento nº 8.914/2021, do deputado Sargento Rodrigues).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/9/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bruna de Melo dos Santos Esteves, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô.

**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 118/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecno 2000 Indústria e Comércio Ltda. Objeto: armários suspensos. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.4.4.90 (10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 52/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, firmada por meio do pregão eletrônico nº 6/2020, Processo SEI nº 19.0.000061546-6.

**TERMO DE CONTRATO Nº 55/2021**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Centro de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro – Cenarab. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**ERRATAS****PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.900/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/9/2021, na pág. 36, onde se lê:

“Art. 2º – Fica acrescentado ao parágrafo único do 2º da Lei nº 20.011, de 2012, o seguinte inciso XII:

‘Art. 2º – (...)

XII – a oferta de apoio técnico para cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.’”, leia-se:

“Art. 2º – Fica acrescentado ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 20.011, de 2012, o seguinte inciso XII:

‘Art. 2º – (...)

Parágrafo único – (...)

XII – a oferta de apoio técnico para cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.’”.

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.895**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/9/2021, na pág. 2, no art. 2º, onde se lê:

“Art. 2º – Fica acrescentado ao parágrafo único do 2º da Lei nº 20.011, de 2012, o seguinte inciso XII:

‘Art. 2º – (...)

XII – a oferta de apoio técnico para cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.’”, leia-se:

“Art. 2º – Fica acrescentado ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 20.011, de 2012, o seguinte inciso XII:

‘Art. 2º – (...)

Parágrafo único – (...)

XII – a oferta de apoio técnico para cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.’”.